



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

BEATRIZ CABRAL DE ARAÚJO SOARES

**INCLUSÃO SOB A ÓTICA DOCENTE NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

JOÃO PESSOA - PB

2019

BEATRIZ CABRAL DE ARAÚJO SOARES

INCLUSÃO SOB A ÓTICA DOCENTE NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Idelsuite de Sousa Lima.

JOÃO PESSOA - PB

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

S676i Soares, Beatriz Cabral de Araujo.
INCLUSÃO SOB A ÓTICA DOCENTE NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO
INFANTIL / Beatriz Cabral de Araujo Soares. - João
Pessoa, 2019.
44 f.

Coorientação.
Monografia (Graduação) - UFPB/DE EDUCAÇÃO.

1. Educação inclusiva. Concepção de Professoras. I.
Título

UFPB/BC

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovada em: 09/12/2019.

Idelsuete de Sousa Lima

Prof.^a. Idelsuete de Sousa Lima
Orientadora

Sabrina Grisi Pinho de Alencar

Prof.^a. Dr.^a. Sabrina Grisi Pinho Alencar
Examinadora

Ana Lúdia Freire Matias

Prof.^a Ms. Ana Lúdia Freire Matias
Examinadora

Dedico esse trabalho a Deus, “Porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas.” (Romanos 11:36). Por ter me dado à oportunidade e privilégio de realizar este trabalho, e ter me sustentado e socorrido nos momentos em que mais precisei. Ele é o meu amigo incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, por ter dado forças, pois foram muitos os momentos difíceis, que cheguei a pensar em desistir.

Agradecer também a minha família e a Suely, minha pastora, que me incentivou a cursar Pedagogia, sendo assim minha fonte de inspiração.

Quero agradecer ao meu marido, Hevertton, e minha filha Esther, que sempre me ajudaram e não me deixou desistir nos momentos mais difíceis que achei que não conseguiria. Agradecer por sempre buscar meios para que meu sonho se tornasse realidade, o tão sonhado curso superior.

Não posso esquecer-me da minha base, minha querida mãe, pela as vezes que me encorajou a lutar pelos os meus sonhos, buscando ser alguém na vida.

À professora orientadora, Idelsuíte, que muito me auxiliou na produção deste trabalho, com oportunas críticas e contribuições, Obrigada!

“A educação inclusiva se apoia na premissa de que é preciso olhar para o aluno de forma individualizada e colaborativa, contemplando suas habilidades e dificuldades.”

(PAPA et al., 2015, p. 2)

RESUMO

Esse trabalho aborda a inclusão na educação infantil sob o ponto de vista das professoras. A inclusão é um conjunto de ações voltadas à garantia dos direitos em sociedade, sendo dentro da escola uma necessidade contínua para o melhor desenvolvimento e aprendizado dos discentes. O objetivo deste estudo foi compreender a concepção dos professores da Educação Infantil sobre a inclusão de discentes com necessidades educacionais especiais. Os principais autores usados nessa pesquisa foram DUTRA et.al. (2008), LOPES; MARQUEZINE (2011), MACHADO (2015), NASCIMENTO (2014), ROCHA (2017), SOUZA (2015), além dos documentos LDB, BNCC e ECA. O trabalho abordado caracteriza-se como uma pesquisa de campo do tipo qualitativa, realizado em uma escola municipal de educação infantil e Ensino Fundamental, a partir da aplicação de um questionário a um quantitativo de quatro professoras. Os resultados indicam que a escola não dispõe de materiais para trabalhar com os discentes que apresentam necessidades educacionais especiais. Há falta de capacitação e formação para as professoras atuarem na educação inclusiva, comprometendo assim, o processo de aprendizagem dos discentes inclusos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Concepção de Professoras. Necessidades especiais.

ABSTRACT

This work addresses inclusion in early childhood education from the point of view of teachers. Inclusion is a set of actions aimed at guaranteeing rights in society, and within the school it is a continuous need for the best development and learning of students. The aim of this study was to understand the concept of Early Childhood Education teachers about the inclusion of students with special educational needs. The main authors used in this research were DUTRA et.al. (2008), LOPES; MARQUEZINE (2011), MACHADO (2015), NASCIMENTO (2014), ROCHA (2017), SOUZA (2015), in addition to the LDB, BNCC and ECA documents. The approached work is characterized as a qualitative field research, carried out in a municipal school of early childhood and elementary education, from the application of a questionnaire to a quantity of four teachers. The results indicate that the school does not have materials to work with students who have special educational needs. There is a lack of training and education for teachers to work in inclusive education, thus compromising the learning process of included students.

Keywords: Inclusive education. Conception of Teachers. Special needs.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CEC - *Council for Exceptional Children*

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PB – Paraíba

P1 – Professor 1

P2 – Professor 2

P3 – Professor 3

P4 – Professor 4

PPP - Projeto Político Pedagógico

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Para você o que significa inclusão escolar?.....	28
Quadro 2: Como você realiza o processo de inclusão dos discentes?.....	29
Quadro 3: Qual a diferença entre inclusão escolar e inclusão de discentes com necessidades educacionais especiais?.....	29
Quadro 4: Como você trabalha com discentes que tenham necessidades educacionais especiais?.....	30
Quadro 5: Que recursos você utiliza para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais?.....	31
Quadro 6: Qual a maior dificuldade que você encontra para trabalhar com discentes com necessidades educacionais especiais?.....	32
Quadro 7: Que materiais a escola dispõe para trabalhar com discentes com necessidades educacionais especiais?.....	33
Quadro 8: Em sua escola há momentos de estudos sobre educação inclusiva? Como são esses estudos?.....	34
Quadro 9: Você realiza ou já realizou algum curso sobre educação inclusiva?.....	35
Quadro 10: Como o projeto político pedagógico da sua escola aborda a educação inclusiva?.....	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
2.1 Por uma definição de Educação Inclusiva.....	15
2.2 A Inclusão e a Legislação.....	18
2.3 O papel do professor na prática da educação inclusiva.....	21
2.4 A Escola e a Inclusão.....	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
3.1 Tipo de pesquisa.....	26
3.2 Instituição da pesquisa.....	26
3.3 Sujeitos da pesquisa.....	27
3.4 Instrumentos de coleta de dados.....	27
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE.....	42

1. INTRODUÇÃO

A inclusão é um conjunto de ações voltadas à garantia dos direitos em sociedade. Representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade ou grupo social. Sendo, portanto um desafio diante de uma sociedade que se depara com crises e paradigmas que fazem com que as ideias, os preconceitos e os conceitos sejam repensados.

Com isso, surgiu o desejo de abordar nesse trabalho sobre a educação inclusiva na educação infantil e sobre do papel do professor no processo ensino aprendizagem. Pois, o professor juntamente com a escola é considerado indispensável no processo de inclusão, tendo em vista a necessidade de refletir sobre o processo ensino aprendizagem, tanto para melhorar a vida do discente, como também para despertar a escola para esta temática. Apesar de tão falada nos dias atuais, à inclusão ainda precisa ser priorizada e trabalhada nas instituições de ensino com uma atenção especial.

A inclusão é uma necessidade contínua nas escolas, onde os discentes são diferentes e precisam superar suas dificuldades, com isso, optei por investigar como as escolas trabalham a inclusão com crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil e como os professores compreendem essa temática.

O desenvolvimento desse trabalho se dá pelas inúmeras experiências relacionadas à temática, ora vivenciados pela autora nos estágios durante formação.

De modo geral, algumas professoras têm pouca preparação para trabalhar com educação inclusiva e isso impede uma aprendizagem mais significativa e a ampliação do conhecimento dos discentes “inclusos”.

Para que ocorra a inclusão dos discentes que apresentam necessidades educacionais especiais, é necessário que todos estejam incluídos nas escolas, nas salas de aula, e principalmente, na prática do professor, pensamento esse corroborado por Noquele; Silva (2014, p. 1), afirmar que: “esse movimento faz com que a escola reflita sobre princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses discentes em um mesmo espaço até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola, e em específico, do professor”. E em resposta a essa problemática a pergunta motivadora da discussão é: Qual a concepção dos professores sobre a inclusão na educação infantil?

Assim, a partir dessa pergunta definimos como objetivo geral deste estudo, Compreender a concepção dos professores com relação à inclusão de discentes com necessidades educacionais especiais. Deste objetivo derivaram-se os objetivos específicos,

sendo eles: compreender a visão das professoras da educação infantil sobre a educação inclusiva; identificar as dificuldades encontradas pela escola para realizar a educação inclusiva; e reconhecer as estratégias utilizadas pelas professoras na prática da educação inclusiva.

Consideramos relevante pesquisar sobre essa temática, pois possibilita a compreensão sobre as características da educação inclusiva com crianças com necessidades educacionais especiais e em como se dá o processo de ensino-aprendizagem desses discentes, e o indissociável papel do professor e sua prática pedagógica na educação inclusiva, tendo em vista a dificuldade que os profissionais da educação enfrentam diante desta realidade-problema.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tem em vista o tema desse trabalho, iremos abordar nesse capítulo sobre uma breve definição da educação inclusiva. Falaremos também sobre as legislações que asseguram a educação inclusiva e sobre o papel do professor e da escola na prática da educação inclusiva.

2.1 Por uma definição de Educação Inclusiva

Este trabalho sobre Educação Inclusiva toma como base a afirmação de Sassaki (1997, p. 167) que diz que: “A inclusão é um processo pelo qual a sociedade e o sujeito incluído procuram adaptar-se de forma mútua. A sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa que tenha limitações, para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida”.

O autor coloca a inclusão como um processo mútuo, dentro de uma sociedade que deve adaptar-se às necessidades de cada indivíduo, para que isso venha favorecer ao desenvolvimento do incluído em diferentes áreas de atuação da sua vida, seja no ambiente escolar, familiar, no trabalho ou qualquer outro meio em que esteja inserido.

Reforçando essa ideia do respeito mútuo, Rocha diz:

Na educação inclusiva os professores devem buscar um ensino que vise o respeito mútuo aos discentes, o qual deve favorecer o desenvolvimento da consciência, mostrando que todos são iguais, independente de sua etnia, situação econômica e suas demais diferenças (ROCHA, 2017, p. 8).

A inclusão representa um ato de respeito a todas as pessoas excluídas, ou seja, os discentes e sua efetivação dependem da atuação de todos os envolvidos na escola.

A educação inclusiva é aquela que acolhe todos, mutuamente. Existe uma dificuldade em alguns educadores em apostarem de verdade que o estudante vai alcançar resultados compatíveis com aquilo que se coloca como objetivo de ensino. Essas altas expectativas precisam ser personalizadas e constantemente revisadas para que ofereçamos uma pedagogia voltada para as diferenças.

Pensando nessa pedagogia voltada ao acolhimento em conjunto dos indivíduos com necessidades educacionais especiais, movimentos de inclusão estão cada vez mais presentes, na defesa dos direitos de todos.

Dutra em seu trabalho fala que “o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (DUTRA et al., 2008, p. 5). Na fala de Dutra vemos a dimensão do que é a inclusão nos dias atuais, além da importância de combater a discriminação e desigualdade.

Diante dessa inclusão social, Capellini & Rodrigues (2009, p. 1) dizem que:

A educação inclusiva é uma proposta da aplicação, no campo da educação, de um movimento mundial mais amplo, denominado “Inclusão Social”, que busca a construção de um processo bidirecional no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Como enfatiza as autoras acima, um dos grandes desafios enfrentados na educação inclusiva é a busca de oportunidades igualitárias para todos. As pessoas com deficiências físicas, comprometimentos mentais, ou qualquer outro tipo de limitação, sempre foram desprezadas, excluídas, sem acesso a educação e sem oportunidades. Contudo, a inclusão tem ganhado espaço na educação e garantido uma escola igualitária para todos. Os excluídos de outrora agora tem oportunidades e direitos.

Camargo, em seus estudos diz que “a inclusão, portanto, é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e dos outros” (CAMARGO, 2017, p. 1).

A educação inclusiva deve ser colocada em prioridade a partir de práticas e estratégias de ensino que potencializa o acesso de todos que se propõe a trabalhar.

Mantoan ainda comenta que a:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro (MANTOAN, s/d, p. 1).

É algo grandioso o ato de entender e se preocupar com o próximo, como menciona Mantoan, pois ele fala que incluir é estar junto a qualquer pessoa que apresente limitações, seja qual for à limitação ou especialidade. É dentro do contexto escolar que a inclusão acontece, seja a partir do acolhimento, do respeito, do entendimento das limitações do outro, proporcionando um ambiente agradável e igualitário para todos. Esse é um dos grandes desafios dos professores.

Nascimento (2014, p. 13) afirma que a prática da educação inclusiva “só será possível quando cada cidadão, cada um de nós, entendermos que o movimento pela inclusão não é algo que está distante; o movimento pela inclusão é algo que deve fazer parte do nosso cotidiano, inclusive nas escolas”.

Diante da afirmação de Nascimento, mencionamos que o ambiente escolar nos dias de hoje está repleto de problemas e diferenças a serem trabalhadas e superadas com o auxílio dos professores, pais e demais que fazem parte da escola, sendo a inclusão um desses grandes desafios, sendo algo que está perto de cada um de nós.

Como algo que está presente no nosso dia a dia, principalmente no ambiente escolar, a inclusão precisa ser trabalhada com atividades metodológicas diversificadas e inovadas. Atividades estas que priorizem os direitos dos inclusos discentes em está no ambiente escolar, e desenvolver as mesmas atividades dos demais discentes.

Rocha afirma que “a educação inclusiva nas escolas surge como uma construção multidimensional que engloba não só um combate às barreiras que se colocam à aprendizagem e à participação do discente, mas também uma diversidade de metodologias inovadoras, atividades, recursos, projetos e processos adequados às necessidades de todas as crianças, que visam tornar realidade os direitos universais dos discentes nas escolas” (ROCHA et al., 2016, p. 16).

Uma escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de escolha a cada um dos envolvidos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades, sejam eles especiais ou não.

O Ministério da Educação coloca que “uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada e estruturada para favorecer a cada includente, independentemente de sua raça, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação” (BRASIL, 2004, p. 8). Sendo uma escola que assegura a qualidade do ensino, reconhecendo e respeitando a diversidade de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Além de assegurar a qualidade do ensino, Rocha ainda destaca que:

A inclusão procura assegurar o acesso, a participação e o sucesso das crianças em contextos educativos. Garantir a participação e o sucesso na aprendizagem implica potencializar processos pedagógicos inclusivos que permitam o envolvimento de todos os discentes na aprendizagem, garantindo-se desta forma o acesso ao currículo comum e o sucesso educativo (ROCHA et al., 2016, p. 18).

Rocha expõe bem quando diz que a inclusão assegura o acesso, a participação e o sucesso dos discentes. Tal garantia leva a uma inclusão que envolve a todos os que precisam ser envolvidos, garantido o ensino e consequente aprendizagem.

2.2 A Inclusão e a Legislação

O tema Inclusão passou a ser considerado a partir de 2015 quando a Lei Lei nº 13.146, foi promulgada e sancionada. A lei de inclusão da pessoa com deficiência em seu Art. 1º diz: “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

No Art. 2º da lei de inclusão ainda especifica:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

E ainda, no Art. 27 desta mesma lei, Capítulo IV - Do Direito à Educação, trás um breve relato dos direitos assegurados na educação, levando em consideração as habilidades e características que reflitam na aprendizagem dos envolvidos.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A educação é um direito fundamental de todos, seja o discente com alguma especialidade ou não. Com isso, Silva Neto fala em seu trabalho que;

“a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (SILVA NETO et al., 2018, p. 6).

A inclusão como aborda o autor é algo humanitário, igualitário, sem nenhum tipo de discriminação e que busca igualdade mesmo quando os valores são indissociáveis.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial assegura o acesso ao ensino regular aos discentes com necessidades diversificadas, como intelectual, física, surdos, cegos, com transtornos diversos do desenvolvimento e a crianças com altas habilidades ou superdotação, desde a educação infantil até a educação superior (SILVA NETO et al., 2018, p. 6).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no seu Art.58, Capítulo V - Da Educação Especial, fala que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Nesse capítulo da LDB observamos a descrição do que é educação especial, e ainda no Artigo 58 assegura que:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos discentes, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do *caput* deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

E ainda o Artigo 59 (LDB) especifica que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específico, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p. 123) assegura esses direitos mencionados na LDB, quando no seu Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I – Da Educação, no Artigo 205, quando diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A Constituição ainda traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3º, inciso IV).

Temos ainda o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (p. 46), reforçando a ideia dos direitos educacionais e inclusivos a qualquer criança, seja ela especial ou não. No Capítulo V – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, no Artigo 53 desta lei, diz:

- A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:
- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017, p. 16) destaca sobre “o compromisso com os discentes com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

A BNCC (BRASIL, 2017) ainda reforça o compromisso da educação com a inclusão, conforme estabelece que:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de discentes da educação especial (p. 237).

As diretrizes mencionadas acima passam a serem amplamente disseminadas e ressaltam a atenção dada às características individuais dos discentes, chamando a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças para a efetivação da educação inclusiva.

2.3 O papel do professor na prática da educação inclusiva

O trabalho do professor com a inserção da criança no ambiente escolar deve ser proporcionado de maneira natural, para que não haja a percepção das demais crianças de tratamento diferenciado, mas sim cativar o prazer pela aprendizagem da criança que necessita ser incluída. De acordo com Rocha (2017, p. 2): “cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam”.

O autor ainda diz que o papel do professor é também o de ampliar os currículos e adequar a inclusão, dependendo até do tipo de diagnóstico da criança, fazendo com que se flexibilizem diante das diferenças dos discentes e deixe de lado a visão conservadora. “Destaca a inclusão como inserção social no ambiente escolar e que tenha como objetivo principal ultrapassar as fronteiras e dar apoio na construção do saber, semeando uma escola integrada na inclusão, e com isso, refletindo em uma melhor aprendizagem das crianças” (ROCHA, 2017, p. 8).

É importantíssimo o papel do professor frente a essa realidade, contudo, sabemos que grande parte dos professores que se deparam com esse problema, não estão preparados e/ou

capacitados para desenvolver estratégias dentro do processo de inclusão. Menezes (2012, p. 54) em seu trabalho fala o seguinte:

Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o discente com necessidades educacionais especiais está na escola, então, cabe a cada um encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenos, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível (MENEZES, 2012, p. 54).

Não é uma algo fácil para o professor, como também não é para toda a escola. Existem ainda muitos desafios que dificultam esse processo da inclusão. Desenvolver estratégias não é algo simples, é preciso preparação e adaptação de acordo com a necessidade de cada discente, domínio do conteúdo, traçar estratégias, buscar materiais que possam auxiliar nesse processo, mas as experiências e vivências de muitos professores têm demonstrado que é sim, possível e gratificante trabalhar em sala de aula com diversidade e, haver assim uma inclusão viável na educação. De acordo com Silva Neto et al (2018, p. 2): “É necessário programar uma educação inclusiva, enfrentar e superar desafios com a participação dos que estão envolvidos com a educação, pois a inclusão é responsabilidade de todos”

O papel do professor na inclusão é determinante e fundamental na vida da criança, para isso é necessário que o professor como os demais membros e profissionais da escola, estejam comprometidos com uma educação de qualidade. Tais envolvidos devem estar requalificando sua atuação como mediador do processo ensino aprendizagem para identificar as necessidades educacionais e apoiar os discentes em suas dificuldades.

É um grande desafio para os professores o processo de inclusão dos discentes com necessidades educacionais especiais em sala de aula, pois cabe ao professor procurar novas posturas e propostas de ensino que permitem compreender, problematizar e intervir nas diferentes situações que se deparam e ao mesmo tempo ter um olhar diferente para o processo de ensino aprendizagem (ROCHA, 2017, p. 2).

Tendo em vista os problemas enfrentados para a concretização da inclusão escolar de discentes com algum tipo de necessidade especial, Nascimento e Carreta (2014, p. 01) falam que o “desenvolvimento do trabalho em educação inclusiva tem sido visto como um desafio, uma vez que diante do pouco conhecimento sobre métodos de estimulação em meio às necessidades educativas apresentadas, e à falta de recursos aos professores e discentes dificultam a realização desse trabalho”.

É um trabalho difícil, principalmente quando há pouco conhecimento sobre uma metodologia adequada e também a falta de recursos para serem trabalhados pelos professores com esses discentes inclusos.

2.4 A Escola e a Inclusão

A instituição escolar desempenha uma função importantíssima na formação cidadã, ética e moral de um indivíduo. Dentre suas funções, temos a formação e inclusão de crianças com algum tipo de necessidade, conforme revela a citação a seguir:

A escola é um agente transformador que através das décadas, tem sido chamada ao aperfeiçoamento e preparo de profissionais, seja por leis, pelo currículo ou pela necessidade de receber em seu espaço educacional discentes portadores de necessidades educacionais especiais, tanto quanto não portadores de tais necessidades. Sendo assim, efetua uma caminhada rumo à transformação do ambiente escolar mais acolhedor e de acordo com suas especificidades necessárias. Surge agora um novo olhar aos excluídos de outrora (CAMPOS, s/d, p. 1).

Lopes; Marquezine diz que a questão fundamental para se dá início a educação inclusiva é pensar em como organizar e preparar a escola e as situações de ensino dentro da realidade.

A escola precisa estar preparada para receber essas crianças, ser acolhedora, inclusiva, saber lidar com situações diversas e tudo tem que está dentro das possibilidades de conciliar o atendimento às necessidades de aprendizagem comuns a todos os discentes, sejam includentes ou não, sem perder o foco das necessidades reais de cada um, ao mesmo tempo em que se atendem as necessidades específicas dos discentes em situação de inclusão, dadas as dificuldades estabelecidas pelas deficiências ou outras situações que os colocam nessa condição (LOPES; MARQUEZINE, 2012, p. 88).

As instituições escolares devem estar abertas para receber todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, conforme expressa o texto a seguir:

Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos/zonas desfavorecidas ou marginalizadas (CAMPOS, s/d, p. 1).

Algumas instituições públicas e privadas já mudaram sua metodologia de ensino valorizando e reconhecendo as diferenças, sem discriminar os discentes. Ainda existe muita resistência quando a escola fala de inclusão e de oportunidades iguais para todos, mas as instituições, pais e pessoas que estão dedicadas a essa causa, estão mudando a forma de se pensar das pessoas que ainda apresentam resistência sobre esse assunto.

A escola deve ser inclusiva e que adote um sistema educacional que reconhece e atende as diferenças individuais e sociais, respeitando as necessidades de todos os discentes. Com isso, os autores Capellini e Rodrigues, destacam em seu trabalho que:

A perspectiva da inclusão implica em mudanças nos currículos, nas formas de avaliação, na formação de gestores e funcionários da escola, na formação dos professores e na implantação de uma política educacional mais democrática, entre outras mudanças (CAPELLINI; RODRIGUES, 2009, p. 3).

A escola deve ter um novo olhar para inclusão, respeitando as diferenças de todos, adaptando os currículos, revendo sua forma de avaliar de acordo com as necessidades dos discentes. A escola precisa estar preparada para essa mudança.

Dutra et al., fala que as escolas devem se estruturar e se organizar com profissionais competentes, capazes de desencadear seu papel na educação inclusiva no ambiente escolar, conforme expressa na citação a seguir:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos discentes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (DUTRA et al., 2008, p. 17).

Cada criança tem uma dificuldade e uma forma de aprender diferente. Além da formação adequada do professor para atuar na educação inclusiva é preciso que a escola disponibilize profissionais qualificados, que possam atender as necessidades de cada um.

Mendes (2001, p. 39) aponta que “é preciso ousar em direção à construção de uma proposta de educação inclusiva que seja ao mesmo tempo racional, responsável e responsiva, em todos os níveis das instâncias de gerenciamento da escola e sala de aula”. Diante de uma escola inclusiva, a racionalidade e a responsabilidade são pilares fundamentais na construção de uma proposta que contemple todos os envolvidos no processo de inclusão e aprendizado.

Os autores Capellini e Rodrigues destacam a exigência atual de uma escola inovada, dentro de uma sociedade nova, que trabalhe a racionalidade e responsabilidade, e que garanta o acesso e permanência na escola. “O princípio da inclusão nas escolas começa, então, a exigir uma nova escola e uma nova sociedade, com atitudes e posturas diferentes, de maneira a garantir o direito ao acesso e permanência na escola e o direito de ser diferente sem ser rotulado, discriminado ou segregado” (CAPELLINI; RODRIGUES, 2009, p. 3).

Nos dias atuais, a exigência em construir uma nova escola frente a uma nova sociedade, faz com que os profissionais da educação assumam uma nova postura, como citado, e tomem novas decisões para que o acesso e permanência na escola sejam garantidos sem diferenciar nada e ninguém.

De acordo com Souza; Rodrigues (2015, p. 5), “as escolas que reconhecem e valoriza a diversidade, a pluralidade, a inclusão e buscam também inovar sua metodologia pedagógica com projetos inclusivos, tornando assim, o ensino diferente e inovador para todos os que fazem parte da escola”.

Com base nesses estudos, temos claro a necessidade das escolas buscarem formas de adaptação e organização que quebrem paradigmas, para que seja possível atender em seu interior todos os discentes, com ou sem necessidades educacionais especiais. “Incluir, portanto, é fazer parte do processo, não basta apenas receber os educandos nas salas de aula das nossas escolas, é preciso desenvolver ações que valorizem suas potencialidades, assegurando a construção do conhecimento” (SILVA; DAMBROS, 2013, p. 16).

Cabe, portanto, a cada profissional buscar o conhecimento necessário a sua prática docente de forma a oferecer uma educação igualitária e qualitativa a todos os educandos, independente de suas limitações.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na produção desse trabalho optamos por duas estratégias para obtenção de material teórico; a primeira, como é praxe em trabalhos deste tipo, foi uma pesquisa bibliográfica, e como segunda, optamos como estratégia investigativa, a pesquisa de campo com ênfase na pesquisa qualitativa, que segundo Oliveira (2008, p.7) “O pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos”. Além disso, no que concerne à pesquisa de campo, desenvolvemos a referida pesquisa, guiada pelo que defende Moreira (2002) apud Oliveira (2008, p.7), onde afirma que “a pesquisa qualitativa inclui, entre outras diretrizes: A interpretação como foco. Nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes”. Nos tópicos seguintes detalharemos os referidos procedimentos.

3.1 Tipo de pesquisa

O trabalho abordado caracteriza-se como uma pesquisa de campo do tipo qualitativa. Wittke (2010, p. 1) diz que “a pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto”.

A pesquisa de campo é um estudo aprofundando realizado em seu ambiente natural ou próprio em que algo está acontecendo. Severino diz em seu trabalho que:

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos, que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (SEVERINO, 2007, p. 123).

A pesquisa de campo visa compreender um pouco de como são desenvolvidas as atividades no ambiente escolar, uma vez que os envolvidos na pesquisa dão maiores informações dos fatos pesquisados.

3.2 Instituição da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal que oferta Educação Infantil e Fundamental na cidade de Itaporanga - PB. A escola funciona nos dois turnos, manhã e tarde, Educação Infantil e Fundamental II.

A escolha da instituição da pesquisa se deu em virtude da sua localização, que fica em uma comunidade carente e apresenta uma grande demanda de discentes com diferentes contextos de realidade social e familiar.

Possui um amplo espaço físico, com 5 salas de aula climatizadas e bem decoradas com móveis adequados para cada faixa etária. Possui sala de diretoria/secretaria, 1 sala de informática, uma área de recreação, 2 banheiros (feminino e masculino) e uma cantina. Dentre os materiais identificados, a escola dispõe de: 1 computador, um microssistema, 2 TVs, 2 geladeiras, 1 impressora e um bebedouro.

A instituição é administrada por uma diretora e uma vice-diretora, ambas licenciadas em Pedagogia, e conta com corpo docente, que totaliza 15 professores. O quadro de funcionários é também composto por uma secretária, uma coordenadora, um supervisor escolar, um psicólogo, um orientador educacional, 5 auxiliares de serviços gerais, 2 vigias e 3 cozinheiras.

Atualmente, a escola funciona com 10 turmas, totalizando 229 discentes com faixa etária entre 3 a 7 anos, funcionando no turno da manhã das 07h00 às 11h00 e à tarde das 13h00 às 16h00.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram quatro professoras da educação infantil. A escola possui três discentes com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil, fato este, que nos motivou na escolha dessas professoras para realizar a nossa pesquisa. As professoras entrevistadas têm entre 11 a 20 anos de atuação na docência como Pedagoga.

3.4. Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados são essenciais para coletar os dados necessários para comparar com os objetivos. Para esta pesquisa o instrumento utilizado foi o questionário.

Michaliszyn (2005, p. 32) ressalta que o questionário “consiste na habilidade em usar um conjunto de normas para o levantamento de dados”.

O questionário é composto por dez questões abertas e elaboradas sobre o que foi proposto nos objetivos.

A pesquisa foi feita no ambiente escolar com a aplicação do questionário com as professoras, individualmente, cada uma em sua sala de aula.

Após a coleta de dados, os dados foram tabulados em quadros, em que cada quadro especifica uma questão, facilitando assim, a análise.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os dados coletados por ocasião da pesquisa, na tentativa de analisar o que foi dito pelas professoras da educação infantil através das respostas dadas ao questionário sobre suas práticas pedagógicas relacionadas ao tema proposto nesse trabalho.

A análise pretende compreender a concepção das professoras sobre a inclusão dos discentes com necessidades educacionais especiais na educação infantil.

A primeira pergunta referiu-se ao entendimento das professoras sobre inclusão escolar. As respostas foram as seguintes (Quadro 1):

Quadro 1: Para você o que significa inclusão escolar?

P1	Introduzir os que se encontram ou se encontravam à margem da sociedade.
P2	É um conjunto de meios e ações que combate a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe.
P3	É buscar meios para acolher todos, independente das suas diferenças ou dificuldades.
P4	Incluir todos no processo de ensino-aprendizagem independente de suas diferenças.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Dentre as docentes entrevistadas, suas repostas expõem que é preciso buscar meios para incluir todos. As docentes P1, P2 e P3 referem-se aos que se encontram à margem da sociedade, falam em incluir todos, mas não abordam o contexto escolar. Somente a P4 relacionou a sua resposta ao que estava sendo perguntado, ou seja, sobre a inclusão escolar, afirmando ser necessário incluir todos no processo ensino aprendizagem. A P2 faz referência a diferenças de classe, o que demonstra uma preocupação com os deficientes que já são excluídos socialmente.

Com isso, é preciso entender que o ato de incluir, é, antes de tudo, uma lição de cidadania e de respeito para com o próximo. Para Silva Neto et al (2018, p.10): “Incluir é reconhecer que existem outros de nós que precisam participar de todos os meios, seja profissional, educacional, social, independente das diferenças”

Na segunda questão (Quadro 2) foi perguntado às professoras como elas realizam o processo de inclusão dos discentes. As respostas foram as seguintes:

Quadro 2: Como você realiza o processo de inclusão de discentes?

P1	De maneira igualitária, responsável e ética.
P2	Traçando estratégias que permitem a interação dos discentes de forma autônoma.
P3	Adaptando o conteúdo de acordo com a necessidade de cada criança.
P4	De maneira dinâmica, levando em consideração o compromisso com a educação.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As professoras emitem respostas bem gerais, ainda que se preocupem com a forma de trabalhar a inclusão, elas não informam como ocorre o processo de inclusão de discentes na sala de aula.

Foram respostas sucintas, com pouca preocupação com a metodologia trabalhada para realizar a inclusão. Rocha aborda que “o professor deve buscar novas estratégias, identificar as possibilidades de cada discente com o objetivo de encontrar as possibilidades para que esse discente possa aprender junto com os demais e superar seus próprios limites” (ROCHA, 2017, p. 6).

No Quadro 3, foi interrogado sobre a diferença entre inclusão escolar e inclusão de discentes com necessidades educacionais especiais. As professoras responderam:

Quadro 3: Qual a diferença entre inclusão escolar e inclusão de discentes com necessidades educacionais especiais?

P1	Inclusão: Acolhimento de todos no sistema de ensino, sem distinção de cor, classe, condições físicas ou psicológicas, desta forma, não há diferença, incluir é incluir!
P2	Inclusão escolar oferece ao discente condição para atender suas necessidades. Inclusão dos discentes com necessidades educacionais especiais requer um acompanhamento da família e também de cuidadores que são disponibilizados pela escola.
P3	Não existe diferença entre inclusão escolar e inclusão dos discentes com necessidades educacionais especiais.

P4	Não há diferença quando se fala de inclusão.
----	--

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme se pode notar no quadro 3, as professoras 1, 3 e 4 afirmam que não há diferença entre inclusão escolar e inclusão de discentes com necessidades educacionais especiais. A P1 comenta sobre o conceito de inclusão, afirmando que não deve haver distinção de cor, classe, condições físicas ou psicológicas e que inclusão é para todos no sistema de ensino. Enquanto que a P3 e P4 apenas disseram que não há diferença entre inclusão escolar e inclusão dos discentes com necessidades educacionais especiais.

Enquanto que a P2 comentou sobre as diferenças a partir do proposto na questão. Em sua resposta ela afirma que a inclusão escolar oferece condições ao discente para atender suas necessidades, e a inclusão dos discentes com necessidades educacionais especiais requer um acompanhamento da família e de cuidadores que são disponibilizados pela escola.

Incluir, sejam discentes com necessidades educacionais especiais ou não, referi a inserir esse discente no contexto escolar. Com isso, “a inclusão escolar pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo principal garantir o direito de todos à educação” (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2019, p. 1). Já a inclusão de discentes com necessidades educacionais especiais, “estabelece um modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do discente, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento” (FRIAS; MENEZES, 2008, p. 10).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, p. 39) no CAPÍTULO V – Da educação especial, no artigo 58º: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

A quarta pergunta especificada no quadro 4, referiu-se a metodologia que as professoras trabalham com os discentes que tem necessidades educacionais especiais.

Quadro 4: Como você trabalha com discentes que tem necessidades educacionais especiais?

P1	Ainda não tive a oportunidade de trabalhar com discentes com necessidades educacionais especiais.
P2	Preparando um ambiente agradável, respeitando suas limitações para desenvolver o conteúdo trabalhado.

P3	Com materiais adequados e adaptação do conteúdo.
P4	Respeitando suas necessidades e buscando melhorar minha prática.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No quadro acima, as professoras 2, 3 e 4 dizem que já trabalharam ou trabalham atualmente com discentes que tem necessidades educacionais especiais. A P2 diz preparar um ambiente agradável, respeitando suas limitações. A P3 trabalha com materiais adequados e adaptando o conteúdo as necessidades dos discentes. A P4 afirma respeitar as necessidades dos discentes e busca melhorar sua prática constantemente. Enquanto que a P1 respondeu que não teve oportunidade de trabalhar com discentes com necessidades educacionais especiais.

Como mencionado, podemos ver uma similaridade nas respostas das professoras 2, 3 e 4, quando as mesmas falam em respeitar, adequar e buscar. “É fundamental os professores fazerem uma reflexão constante sobre a sua prática, pois contribuirá na escolha de caminhos que promovam uma educação inclusiva, e que desenvolva as habilidades dos discentes” (MACHADO, 2015, p. 16).

No quadro 5, foi citada uma pergunta relacionada aos recursos utilizados pelas professoras.

Quadro 5: Que recursos você utiliza para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais?

P1	Todos os recursos direcionados à melhoria das necessidades educacionais especiais.
P2	Brinquedos adequados, livros, entre outros.
P3	Jogos, brinquedos, livros e recursos tecnológicos.
P4	Recursos tecnológicos, didáticos e humanos.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De todas as professoras entrevistadas, somente a P1 não especificou os materiais usados no processo de ensino aprendizagem dos discentes, contudo, a mesma respondeu que usa todos os recursos direcionados à melhoria das necessidades educacionais especiais, nos dando a entender que ela trabalha com todos os recursos disponíveis no ambiente escolar. As demais (P2, P3 e P4) alega usar materiais como brinquedos, jogos, recursos tecnológico e humano, livros e dentre outros.

É muito importante que os docentes tenham acesso e uso a esse tipo de material citado pelas professoras, pois são ferramentas fundamentais e eficazes no ensino quando usadas de maneira correta. Os jogos são fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem, principalmente para crianças que tem dificuldade em seu desenvolvimento e socialização. A contação de histórias com livros é uma ferramenta prática, didática, acessível e que proporciona um grande efeito na aprendizagem dos discentes. Outra ferramenta inovadora citada é o uso dos recursos tecnológicos que faz uma grande diferença no processo ensino-aprendizagem. Com isso, para a realização da inclusão no processo de ensino-aprendizagem, é necessário desenvolver novas estratégias e fazer o uso de recursos que auxiliam nesse processo.

Para que o processo de inclusão realmente aconteça é importante que haja a integração sócio-afetiva e que a escola reestruture seu Currículo, respeitando e se adequando às características de cada discente, dando-lhes oportunidades e visando um ambiente inclusivo em busca de objetivos comuns, afinal a escola não é homogênea (ROCHA, 2017, p. 9).

Buscando ainda saber sobre como ocorre o processo de inclusão em sala de aula, interrogamos ainda as professoras com a seguinte pergunta: Qual a maior dificuldade que você encontra para trabalhar com discentes com necessidades educacionais especiais? (Quadro 6).

Quadro 6: Qual a maior dificuldade que você encontra para trabalhar com discentes com necessidades educacionais especiais?

P1	Falta de preparo e material adequado disponível.
P2	A maior dificuldade é adaptação das atividades.
P3	A adaptação do conteúdo e das atividades.
P4	A falta de material e formação adequada do professor para trabalhar na educação inclusiva.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A maioria das respostas coletadas mostra que as maiores dificuldades encontradas pelas professoras foram: falta de formação adequada dos profissionais, adaptação do conteúdo e atividades, falta de material adequado.

Diante desse cenário de falta de formação adequada, Menezes (2012, p. 54) afirma que “o desafio colocado diante dos professores é grande e que a maior parte dos professores

continua despreparada para desenvolver estratégias de ensino diversificado com discentes que apresentam necessidades educacionais especiais”. Com isso, é necessária uma formação específica na área de educação especial para esses profissionais atuarem, conforme a citação a seguir:

É importante que os professores, demais discentes e famílias se adaptem ao meio que a criança inclusa está inserida, dando a devida importância para tamanha contribuição na vida escolar dessa criança. O professor deve ser visto como mediador e estimulador, tornando a sala de aula um ambiente onde seus limites seja estimulador de sua autonomia. O professor tem grandes desafios a vencer, dando a sua participação para a contribuição social e para o desenvolvimento do discente e tem um papel muito importante, que é o sucesso da educação, seja ela formal ou informal (SILVA; ARRUDA, 2014, p. 5-6).

Para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma eficaz, “é preciso mobilização dos profissionais no uso da pesquisa e na adequação ao uso de recursos tecnológicos e do conteúdo que propiciem momentos didáticos convincentes e que deixem o uso do tradicionalismo” (BORDINHÃO; SILVA, s/d, p. 3).

Ao perguntar às professoras sobre os materiais que elas dispõem, as respostas foram:

Quadro 7: Que materiais a escola dispõe para trabalhar com discentes com necessidades educacionais especiais?

P1	Poucos materiais, tendo em vista que há no município um espaço de AEE.
P2	A escola disponibiliza alguns brinquedos e jogos, mas não são suficientes para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais.
P3	Disponibiliza alguns jogos e brinquedos, mas não tem material suficiente.
P4	A escola tem pouco material, mas o município disponibiliza o AEE.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Das quatro professoras entrevistadas (P1, P2, P3 e P4), todas responderam que a escola não dispõe dos materiais necessários para trabalhar em sala de aula com discentes que tenha necessidades educacionais especiais. Com a pouca oferta de materiais disponibilizados para trabalharem com esses discentes em suas aulas, há um reflexo negativo na atuação desses docentes, deixando o trabalho defasado e pouco produtivo em torno da inclusão desses discentes.

Dando continuidade, duas professoras (P1 e P4) afirmam que o município disponibiliza de um Atendimento Educacional Especializado (AEE), que se refere a um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos discentes, considerando suas necessidades específicas.

Sobre o AEE, os autores Nunes e Negocio destacam que:

O sistema de atendimento do AEE na rede escolar funciona da seguinte maneira: os discentes com deficiência são incluídos em sala de aula com os demais discentes em um horário contrário a sala de aula regular, são atendidos na sala de AEE. Para que o profissional, professor do atendimento especializado, avalie e acompanhe se a inclusão está ocorrendo e se o discente está evoluindo educacionalmente. Por meio de atividades monitoradas, sempre respeitando e sendo paralelas ao que o professor regular está ministrando, o profissional especializado analisa e dá o seu parecer acerca daquele discente (NUNES; NEGOCIO, s/d, p. 7).

O AEE proporciona uma ponte entre a instituição escolar/professor e o aluno incluso, a partir da atuação do docente capacitado para trabalhar com os discentes inclusos.

Foi perguntado às professoras se há momentos de estudos sobre educação inclusiva. As respostas foram:

Quadro 8: Em sua escola há momentos de estudos sobre educação inclusiva? Como são esses estudos?

P1	Sim. Nos planejamentos, são momentos de discussões e reflexões, através de textos e livros.
P2	Sim.
P3	Sim. Nos planejamentos semanais.
P4	Sim. Nos planejamentos semanais.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Todas as professoras responderam que sim. Segundo elas há momentos de estudos sobre a educação inclusiva na escola. No segundo questionamento, três delas, P1, P3 e P4 afirmam que esses momentos ocorrem nos planejamentos semanais, em que a P1 especificou que são momentos de discussões e reflexões, através da leitura de textos e livros.

Esses momentos de planejamentos trazem um suporte para as professoras que afirmaram não terem nenhum curso sobre educação inclusiva, sabendo que das quatro entrevistas, 3 não possuem nenhuma formação na área de inclusão. “Diante disso, é necessária

realizar uma reflexão quanto à formação/capacitação do professor, da atuação do discente incluso e do conhecimento adquirido pelo mesmo” (MACHADO, 2015, p. 17).

Como exposto no parágrafo anterior, a questão 9 pergunta se o professor realiza ou já realizou algum curso sobre a educação inclusiva. As respostas foram:

Quadro 9: Você realiza ou já realizou algum curso sobre educação inclusiva?

P1	Sim.
P2	Não
P3	Sim.
P4	Sim.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A maioria das professoras entrevistadas fez curso para atuar na educação inclusiva (P1, P3 e P4), apenas uma (P2) que não realizou e nem realiza nenhum curso na área. Refletimos com isso, que a não capacitação da P2 para atuar na educação inclusiva, fragiliza o processo de aprendizagem na sua sala de aula.

A partir desses dados, é bom ressaltar que os educadores devem sempre buscar melhores condições sobre os conhecimentos e maneiras de aperfeiçoamento para atuar na educação inclusiva, uma vez que a preparação no ensino é parte fundamental para o bom desempenho das atividades.

Souza e Rodriguez trazem em suas palavras a necessidade da formação continuada dos professores para atuar no processo educativo.

Diante disso, a necessidade da formação continuada torna-se um fator relevante, pois o professor deve centrar-se em saber como aplicar sua prática docente na sala de aula objetivando o desenvolvimento do discente que não possui necessidades educacionais especiais, como também do discente com necessidades educacionais especiais ou do discente com transtorno global do desenvolvimento (SOUZA; RODRIGUES, 2015, p. 5-6).

Foi perguntado às professoras sobre a proposta do PPP acerca da educação inclusiva. As professoras responderam:

Quadro 10: Como o projeto político pedagógico da sua escola aborda a educação inclusiva?

P1	De maneira ampla, respeitando a temática e motivando os docentes, bem como dinamizando a educação inclusiva.
----	--

P2	Respeita a temática e incentiva o uso de novas práticas na educação inclusiva.
P3	Com cuidado e comprometimento com a inclusão de todos.
P4	Com respeito e compromisso com a inclusão.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As respostas sobre como o projeto político pedagógico (PPP) da escola, foram muito gerais, sem indicar realmente o que consta no documento.

Na resposta das quatro professoras (P1, P2, P3 e P4) um olhar diferenciado voltado para a educação inclusiva em relação ao PPP.

Com isso, a P1 diz que o PPP aborda de maneira ampla, respeitando a temática e motivando os docentes, bem como dinamizando a educação inclusiva. A P2 também destaca a importância do respeito à temática, e o incentivo o uso de novas práticas na educação inclusiva. Enquanto que as professoras 3 e 4 destacam o cuidado e o comprometimento com a inclusão de todos.

As professoras demonstraram um ponto bastante positivo em suas afirmações, o comprometimento com a inclusão de todos. O processo de inclusão deve ser feito sem distinção e classificação, mas com um olhar diferenciado para igualdade. E para garantia dessa igualdade o uso do PPP da escola mostra caminhos a serem trilhados na educação, seja qual for à proposta a ser colocada em prática, respeitando e dinamizando o processo da educação inclusiva.

É um compromisso docente e de toda a conjuntura escolar, promover um ensino que envolva todos os alunos no sistema de ensino, desenvolvendo uma educação de qualidade e igualdade a todos os envolvidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo geral desse trabalho que é o de compreender a concepção dos professores em relação à inclusão dos discentes na educação infantil com necessidades educacionais especiais, expõem-se alguns resultados alcançados da pesquisa.

Sobre a inclusão na educação infantil, as dificuldades apresentadas pelas professoras da escola são; a pouca disponibilidade de materiais para trabalhar uma metodologia inovada, que dificulta a adaptação dos conteúdos em sala, pouca ou nenhuma experiência em atuar com discentes inclusos e a falta de formação adequada do professor para trabalhar na educação inclusiva.

Disso, pode-se inferir que as professoras tem uma visão geral sobre o tema, visto que as mesmas expõem opiniões sobre a importância da educação inclusiva, que seja igualitária e responsável com todos os envolvidos, garantido assim a aprendizagem dos inclusos.

Dentre as professoras da educação infantil que trabalham com educação inclusiva, uma delas não tem formação para atuar dentro dessa realidade, por não ter feito nenhum curso de capacitação nessa área de atuação, outra por não ter nenhuma experiência com discente com necessidades educacionais especiais, mostrando uma das dificuldades enfrentadas pela escola e pelas professoras entrevistadas.

Dentre os resultados destaca-se ainda a pouca disponibilidade de recursos para realização do trabalho didático inclusivo, ou seja, escassez de materiais como brinquedos, jogos, tecnologia e livros, materiais estes que fazem uma grande diferença no processo ensino aprendizagem.

Dentre as dificuldades encontradas pela escola para trabalhar a educação inclusiva, além da falta de materiais que a escola dispõe para trabalhar com os discentes que apresentem necessidades educacionais especiais, expostas anteriormente, é relatada a falta de capacitação e formação que preparam as professoras a atuar na educação inclusiva.

Concluo esse trabalho dizendo que foi um grande aprendizado estudar, pesquisar e escrever sobre um tema tão relevante para os dias atuais, visto que esse tema é de suma importância para a Educação, tendo em vista a quantidade de crianças que precisam de um atendimento mais personalizado, como também os professores precisam de formação e atuação na educação inclusiva, o que nesse ponto, vemos o papel fundamental que precisa ser desenvolvido pelas universidades no geral, e pelas faculdades de licenciaturas no particular, visto que essas são responsáveis pela formação e capacitação dos docentes. Como professora da educação infantil, assumo a responsabilidade juntamente com a instituição escolar, de

exercer um papel prioritário, com uso de metodologias inovadoras de inclusão, garantindo assim o desenvolvimento do discente, pois é nele que as práticas educacionais devem se realizar de forma positiva, refletindo na aprendizagem, na socialização, na afetividade e no bem estar físico e mental das crianças.

A inclusão na educação é, portanto, uma prática essencial na formação e construção da vida de um indivíduo, desde a sua infância até a vida adulta. Para isso, o estudo da concepção dos professores sobre a inclusão na educação infantil dita neste trabalho, trás uma reflexão sobre o atual cenário da educação infantil voltado para a inclusão, analisando as dificuldades enfrentadas pelos professores e escola que trabalham com esta temática.

REFERÊNCIAS

_____. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BORDINHÃO, J. P.; SILVA, E. N. **O uso dos materiais didáticos como instrumentos estratégicos ao ensino-aprendizagem**. UNIC, Sinop, s/d.

_____. **BRASIL, Educação inclusiva – A escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2004.

CAMARGO, E. P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces**. Ciência & Educação, v. 23, n. 1, Bauru, 2017.

CAMPOS, M. A. **A Inclusão no processo de ensino e aprendizagem**. s/d. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/25918372/tcc-projeto-a-inclusao-no-processo-de-ensino-aprendizagem-nota-8-1>> Acesso em: 20 de setembro de 2019.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva**. Educação. v. 32, n. 3, Porto Alegre, 2009.

DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, C. M.; ALVES, D. O.; BARBOSA, K. A. M.; OSÓRIO, A. C. M.; BAPTISTA, C. R.; FLEITH, D. S.; MANZINI, E. J.; ALMEIDA, N. A.; MANTOAN, M. T. E.; FIGUEIREDO, R. V.; QUADROS, R. M. & FREITAS, S. N. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Brasília, 2008.

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei de nº 8.069 de 1990.

FARIAS, E. M. A. & MENEZES, M. C. B. **INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: contribuições ao professor do Ensino Regular**. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, Paranavaí, 2008.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **O que é educação inclusiva? Diversa: Educação inclusiva na prática**. Disponível em: <https://www.diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/?gclid=CjwKCAjw_uDsBRAMEiwAaFiHa7WJzS69zmMNlaIiGQepz1WF19Z7NuBoq2ute7Hm8pyQtDPj0SnUWxoCn84QAvD_BwE> Acesso em: 21 de novembro de 2019.

_____. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei de nº 9.394 de 1996.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

LOPES, E. & MARQUEZINE, M. C. **Contribuições na capacidade do professor para a inclusão do aluno com Deficiência Intelectual**. In.: Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, PDE, Paraná, 2012.

MACHADO, V. V. M. **Avaliação na perspectiva da educação inclusiva nas séries iniciais do ensino fundamental**. Monografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. s/d. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/privilegio.pdf>> Acesso em: 21 de setembro de 2019.

MENDES, E. G. **Raízes históricas da educação inclusiva**. Texto produzido para o Seminário Avançado sobre Educação Inclusiva – UNESP, Marília, 2001.

MENEZES, E. M. C. **O papel do professor no processo de inclusão**. Monografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MICHALISZYN, M. S. & TOMASSINI, R. **Pesquisa orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científica**. Editora Vozes, Petrópolis 2005.

NASCIMENTO, A. B. & CARRETA, P. M. **Deficiência intelectual e processo inclusivo: dificuldades enfrentadas**. Revista Educa, v.1, n. 2, Porto Velho, 2014.

NASCIMENTO, L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. Monografia, Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NOQUELE, A. & SILVA, A. P. da S. R. **Educação Inclusiva e o Processo de Ensino-Aprendizagem**. SO Pedagogia, 2014. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/educacao_inclusiva_processo/?pagina=0> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

NUNES, A. P. P. & NEGOCIO, P. A. F. **A importância e o papel do atendimento educacional especializado (AEE) e do auxiliar na educação de crianças com deficiência**. Universidade do estado do Rio Grande do Norte, Natal, s/d.

OLIVEIRA, C. LESSA; **UM APANHADO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A PESQUISA QUALITATIVA: TIPOS, TÉCNICAS E CARACTERÍSTICAS**. Revista Travessias, v.2, n3. (2008). Disponível em; <<http://e-revista.unioeste.br/index>>. Acesso em: 15/12/2019

PAPA, F.; VIÉGAS, S. A. G.; ZAMOR, A. V. & GATO, E. E. M. B. **Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor inclusiva**. CAPE – Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado, v. 1, São Paulo, 2015.

ROCHA, A. B. O. **O papel do professor na educação inclusiva**. Ensaios Pedagógicos, v. 7, n. 2, São Paulo, 2017.

ROCHA, A. P. L.; CRUZ, M. J. M.; BALTAZAR, A. P. G.; ALVES, C. L. B.; BARROSO, M. P. M.; VALADARES, P. M. R. R. & SANTOS, A. M. B. **A escola inclusiva: desafios**. Editorial do Ministério da Educação e Ciência, 2016.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. P. M. & ARRUDA, A. L. M. M. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. 5, n. 1, São Roque, 2014.

SILVA, E. A. & DAMBROS, A. R. T. **Gestão escolar e educação inclusiva: o papel do professor pedagogo para a prática docente**. In.: Cadernos PDE, v. 1, Paraná, 2013.

SILVA NETO, A. O.; ÁVILA, E. G.; SALES, T. R. R.; AMORIM, S. S.; NUNES, A. K. & SANTOS, V. M. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, Santa Maria, 2018.

SOUZA, A. L. A. S. & RODRIGUES, M. G. A. **Educação inclusiva e formação docente continuada**. In.: EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação, Curitiba, 2015.

WITTKE, C. I. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada. V. 10, n. 3, Belo Horizonte, 2010.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

1 - Para você o que significa inclusão escolar?

2 - Como você realiza o processo de inclusão de alunos?

3 - Qual a diferença entre inclusão escolar e inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais?

4 - Como você trabalha com alunos que tem necessidades educacionais especiais?

5 - Que recursos você utiliza para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais?

6 - Qual a maior dificuldade que você encontra para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula?

7 - Que materiais a escola dispõe para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

8- Em sua escola há momentos de estudos sobre educação inclusiva? Como são esses estudos?

9 - Você realiza ou já realizou algum curso sobre educação inclusiva?

10 - Como o Projeto Político Pedagógico da sua escola aborda a Educação Inclusiva?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado(a): **A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O PONTO DE VISTA DAS PROFESSORAS**, desenvolvida pela pesquisadora **Beatriz Cabral de Araujo**, a quem poderei contactar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (83) 99860-3886 ou e-mail: Beatriz_juka@hotmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais busca investigar processos de formação docente.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação.

Minha colaboração se fará de forma anônima por meio de Questionário. O acesso e a análise dos dados coletados se farão pela pesquisadora. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

_____, ____/____/____

Assinatura do(a) participante: _____